**DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu,

\_, portador (a) do CPF n° , mediante este instrumento, DECLARO, em cumprimento ao art. 14, § 5° da Lei Complementar n° 030/2007 – Estatuto dos Servidores municipais, do Município de Irani/SC, que:

( ) Não possuo bens ou valores a serem informados;

( ) Possuo os bens ou valores constantes da cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física anexa (Deve ser anexado a declaração do servidor, cônjuge ou companheiro, filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante);

( ) Possuo os bens ou valores constantes da relação abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| BENS DO SERVIDOR | VALOR |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| BENS DO CONJUGE OU COMPANHEIRO | VALOR |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| BENS DOS FILHOS OU OUTRAS PESSOAS QUE VIVAM SOB A DEPENDENCIA ECONOMICA DO DECLARANTE. | VALOR |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Irani/SC, de de .

Nome:

CPF:

\*Obs: ¹. Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 1° A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2° deste artigo.